

## Direito à cidade: experiência de extensão interdisciplinar no acompanhamento de atividades comunitárias

*Right to the city: experience of interdisciplinary extension in the accompaniment of community activities*

Leonardo Targino Félix<sup>1</sup>

Renan Sidney da Silva Costa<sup>2</sup>

Fábio Pinheiro Pacheco<sup>3</sup>

Zulmira Áurea Cruz Bomfim<sup>4</sup>

**Resumo:** A cidade é um lugar de encontro, marcado por culturas e desejos que conflitam, podendo resultar em segregações. Neste relato de experiência, objetiva-se abordar a inserção alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e Psicologia no conflito fundiário da Vila Vicentina (Fortaleza, Ceará), discutindo as implicações psicossociais de atividades comunitárias para a luta da comunidade como e para a formação dos alunos. Para registro das ações, foram utilizadas anotações de campo e diário de campo. Compreendeu-se que, muitas vezes, atividades simples e comuns têm grande força de mobilização, visibilidade e fortalecimento nos movimentos de resistência. Ademais, enxergou-se as ações de extensão como elemento ético e política na formação profissional.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade. Ações de extensão. Comunidade. Desapropriação.

**Abstract:** The city is a meeting place, marked by conflicting cultures and desires, which can result in segregation. In this experience report, the objective is to address the inclusion of students from the Architecture and Urbanism, Law and Psychology courses in the land conflict in Vila Vicentina (Fortaleza, Ceará), discussing the psychosocial implications of community activities for the community's struggle as and for training of students. To registration of the actions, field notes and field diaries were used. It was understood that, often, simple and common activities have great strength of mobilization, visibility and strengthening in resistance movements. Furthermore, extension actions were seen as an ethical and political element in professional training.

**Keywords:** Interdisciplinary. Extension Actions. Community. Expropriation.

<sup>1</sup> Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [leonardo11felix@gmail.com](mailto:leonardo11felix@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [renan\\_sidney@arquitetura.ufc.br](mailto:renan_sidney@arquitetura.ufc.br)

<sup>3</sup> Mestre e doutorando em Psicologia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [pfabiopinheiro@gmail.com](mailto:pfabiopinheiro@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorado na Universidade da Coruña. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [zulaura@gmail.com](mailto:zulaura@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade é um patrimônio construído histórica e socialmente, no entanto a sua apropriação ocorre de modo desigual, sendo a renda imobiliária e/ou a localização os causadores desse problema (MARICATO, 2013). Observa-se que as cidades vêm seguindo um modelo global imposto por financiadores multinacionais, que visa ao atendimento do turismo internacional. Assim, a memória cultural local, que, a princípio, deveria ser preservada, se perde, e, em seu lugar, são criados grandes cenários para turistas onde, na maioria das vezes, a própria população é expulsa do local da intervenção pelo processo de gentrificação (JACQUES, 2005). Nesse processo, comunidades pobres são afastadas dos lugares de origem, intensificando a segregação socioespacial e os impactos psicossociais da exclusão, uma vez que os moradores passam a morar em outras regiões, enfrentando problemas como a distância entre a nova moradia e o local de trabalho, a escola, os serviços de saúde, equipamentos de lazer dentre outros.

Em Fortaleza, pesquisas têm apontado que, só entre 2009 a setembro de 2017, cerca de 23 mil famílias foram ameaçadas ou removidas de suas residências (LEHAB, 2017). A exemplo, tem-se o caso da Vila Vicentina da Estância. Localizada no bairro Dionísio Torres, a Vila é formada por 43 casas construídas para pessoas pobres, cuja história remonta da década de 1938 (DUARTE *et al.*, 2017); atualmente, situada na terceira área de maior Índice de Desenvolvimento Humano de Fortaleza (IPLANFOR, 2020).

Desde 2016, os moradores vêm sofrendo ameaças de despejo. Em outubro do mesmo ano, três casas foram demolidas e outras cinco destelhadas, o que aprofundou o conflito fundiário, levantando discussões sobre irregularidades jurídicas e impactos psicossociais. Neste cenário, houve a inserção de estudantes de graduação e pós-graduação vinculados aos núcleos de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC). Inicialmente, os membros do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS) da Psicologia, do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (CANTO) da Arquitetura e do Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU) do

Direito se inseriram individualmente, propondo atividades de extensões para os moradores conforme as especificidades de cada área do conhecimento.

Em campo, houve encontros entre os núcleos e, enxergando a potencialidade das ações por meio da interdisciplinaridade, passaram a organizar as atividades em conjunto. Desse modo, o olhar interdisciplinar dos campos da Arquitetura e Urbanismo, Direito e da Psicologia auxiliou na compreensão e construção das ações desenvolvidas na comunidade Vila Vicentina, a partir das esferas macro e microsocial, material e imaterial.

Tais estudantes participaram ativamente das atividades desenvolvidas junto aos moradores e demais atores sociais implicados com a causa, contribuindo no movimento Resistência Vila Vicentina. A partir das atividades desenvolvidas pelos moradores, com o suporte dos alunos e demais setores da sociedade civil, a comunidade vem atraindo mais apoiadores e visibilizando a sua luta, ganhando destaque na mídia local e em outras regiões do país (GONDIM; ROCHA, 2019). Diante disso, esse relato de experiência de extensão objetiva abordar a participação dos autores nas atividades comunitárias. Discute-se, assim, as implicações psicossociais das atividades comunitárias desenvolvidas, tanto para a luta da comunidade como para a formação dos alunos.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de extensão sobre atividades comunitárias acompanhadas por alunos da UFC, membros do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental, do CANTO e do CAJU. As visitas à comunidade aconteciam, de início, semanalmente; conforme a situação foi ficando menos instável, as atividades passaram a ocorrer em tempo mais espaçado. As ações extensionistas foram registradas com base na ferramenta diário de campo, que se trata de uma escrita mais detalhada e aprofundada sobre as informações (MONTERO, 2007).

Em campo, os alunos escreviam anotações rápidas, em seus cadernos. Posteriormente, as anotações eram transcritas em um arquivo online no Google Drive, em formato doc., compartilhado com todos. Com o detalhamento dessas

informações, os alunos definiam as próximas reuniões e passos seguintes para a atuação em campo. Ademais, utilizou-se de documentos secundários com informações sobre a situação da comunidade, tais como jornais, atas de reuniões e registros fotográficos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o desenvolvimento dessa seção, utilizou-se as anotações de diário de campo dos autores, nos quais foram registradas observações, reflexões e curiosidades acerca dos acontecimentos na comunidade Vila Vicentina da Estância. A partir de tais anotações e das discussões realizadas em grupo, a experiência na Vila foi organizada em quatro subseções principais, a saber: I) processo de inserção; II) participação nas atividades comunitárias; III) visibilidade; e IV) formação teórica, prática e ética; a serem discutidas a seguir.

#### 3.1 Processo de inserção

Todo trabalho psicossocial na comunidade se inicia a partir do processo de familiarização entre agentes externos à comunidade e os moradores (MONTERO, 2007). Conforme a autora, a familiarização permite que pesquisadores, apoiadores e demais setores interessados no trabalho comunitário entrem em contato com a vivência da comunidade, permitindo a sensibilização sobre os problemas da mesma, o que constitui um passo necessário para estabelecer confiança entre os moradores e os agentes externos.

Inicialmente, a aliança entre os diversos atores envolvidos contra a demolição ganhou forma mais concretas depois do primeiro dia de demolição das casas, no dia 28 de outubro de 2016. Neste mesmo dia, diversos atores sociais foram até à Vila protestar para que as demolições parassem. O caso passou a ser conhecido e a gerar inúmeras discussões, chegando logo depois na Universidade e em alguns de seus grupos de extensão. Desse modo, diversos grupos acadêmicos, coletivos, escritórios de direitos humanos do Estado, etc., se reuniram em torno da Vila e formaram uma rede apoio, culminando na primeira Plenária de Apoiadores da Vila Vicentina, em 2 de novembro de 2016.

No que tange à inserção dos autores, além da Plenária de Apoiadores, a primeira oficina foi proposta pelo CANTO, objetivando a produção de cartazes. Seguindo uma experiência anterior que o grupo já havia acumulado em outros projetos relacionados a conflitos urbanos, os estudantes e os moradores da Vila elaboraram cartazes (Fotografia 01), faixas e stencil para serem espalhados pelo quarteirão como uma forma de visibilizar aquele conflito e apoiar os moradores que resistiam. Os cartazes foram confeccionados com frases tais como "Vila Resiste", "Vila Vicentina é ZEIS", "Zeis é Zeis", etc.

**Fotografia 1 - Cartaz em casa da Vila**



Fonte: fotografia tirada pelos autores (2016).

A atividade teve muito sucesso e recebeu a colaboração de universitários dos Cursos de Direito, Arquitetura e dos próprios moradores. Essa e outras atividades permitiram que os apoiadores e os moradores estreitassem laços e criassem uma relação de confiança. Assim, os habitantes puderam sair do seu estado de constante alerta e entenderam que não estavam sozinhos no conflito. Tornaram-se mais receptivos às inúmeras ações posteriores.

### 3.2 Participação nas atividades comunitárias

Atividade comunitária pode ser compreendida como uma ação prática e coletiva desenvolvida a partir da cooperação e diálogo entre os moradores de uma comunidade. Conforme Góis (2005, p. 89), a atividade comunitária

[...] é uma rede de interações sociais, instrumental e comunicativa, direcionada para a autonomia do morador e da própria comunidade, na perspectiva do fortalecimento de uma identidade social [...] de comunitário, do desenvolvimento da consciência social e pessoal, e da construção da responsabilidade comunitária.

Por meio de suas dimensões instrumental e comunicativa, a atividade comunitária atua como mediadora no desenvolvimento da consciência dos moradores (GÓIS, 2005). Na dimensão instrumental, há a elaboração e o uso de ferramentas necessárias à transformação objetiva e funcionamento da comunidade; já na dimensão comunicativa, a partir do diálogo, da expressão de sentimentos e da cooperação, almeja-se alcançar os objetivos da atividade comunitária e fortalecer as relações sociais.

Tendo isso como base, após a inserção, os autores participaram de diversas atividades desenvolvidas na Vila, tanto nas propostas e desenvolvidas por eles como nas de iniciativa de outros atores sociais. Pacheco (2018) observou que as atividades, de modo geral, poderiam ser organizadas em quatro categorias principais, a saber, I) resgate, preservação e construção histórica da comunidade; II) recreação; III) discussão e mobilização; e IV) diálogo com representações da sociedade civil.

Dentre as atividades, pode-se citar as aulas públicas, com temáticas sobre as ZEIS, tombamento, vilas em Fortaleza e direito à cidade. Elas visavam levar informações aos moradores e apoiadores para juntos estabelecerem as ações a serem tomadas. As atividades desenvolvidas tinham um cunho diferenciado, não restrito à formação ou discussão da problemática da Vila, mas como forma de entretenimento. Tais atividades foram desenvolvidas com o apoio de artistas, extensionistas, coletivos sempre visando, também, movimentar a vila e visibilizar a causa. Assim, foram realizadas oficinas de dança, bordado, produção de kokedamas, etc.

Neste trabalho, destacamos como uma das importantes atividades, desenvolvida pelos autores, a confecção de zines (livreto básico, independente e de confecção caseira) sobre o caso da Vila Vicentina. Inicialmente, foi produzido uma zine abordando a questão do conflito fundiário, enfatizando, principalmente, o fato de a Vila está localizada em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) - área que

deve ser destinada à moradia social, estando, portanto, a Vila cumprindo com a sua função social. Essa oficina foi idealizada pelos membros do CANTO, CAJU e LOCUS e, para isso, foi criado um grupo de trabalho interno, a fim de fosse possível ter um momento de discussão e formação a respeito das ZEIS, além do planejamento de como a atividade iria acontecer com os moradores.

Posteriormente, uma outra oficina de zine foi realizada, agora com os moradores da Vila. Contando com o apoio e facilitação da artista plástica Fernanda Meireles, foram realizadas fotografias de moradores, as quais foram integradas com sua história ou algo que estes queriam passar para as pessoas, construindo uma autobiografia deles em relação à sua vida na Vila. Essas informações foram agrupadas em um pequeno livreto (Fotografia 02), do qual foram realizadas diversas cópias que foram distribuídas em universidades, igrejas e outros espaços pelos quais os autores e moradores transitavam. Essa foi uma forma de mostrar as vivências cotidianas dos moradores da Vila, com a intenção de sensibilizar a população sobre a causa.

Fotografia 2 - Capa da Zine



Fonte: fotografia tirada pelos autores (2016).

Outro grupo que também realizou um trabalho muito importante na Vila foi o Ateliê de Tombamento, formado por um grupo de alunos e professores da UFC, que

ficaram responsáveis por recolher e formular uma contribuição à instrução de tombamento da Vila Vicentina. A este respeito, a Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) recebeu três solicitações de tombamento para a Vila, realizados pelos deputados Guilherme Sampaio (PT), João Alfredo (PSOL) e pelo professor de Arquitetura e Urbanismo da UFC Romeu Duarte. Com isso, alunos de Arquitetura e Urbanismo, um psicólogo (pesquisador do LOCUS) e uma socióloga (Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Cidade da UFC), sob orientação do professor Romeu Duarte, realizaram os estudos na Vila, fazendo levantamento de dados a partir da medição das casas, fotografando os espaços, realizando entrevistas com os moradores, etc. Como resultado, obteve-se um relatório abordando aspectos históricos, jurídicos, arquitetônicos, psicossociais e afetivos sobre a comunidade, o qual foi entregue à Secultfor no dia 23 de maio de 2017, denominado "Contribuição à elaboração da instrução de tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância" (DUARTE *et al.*, 2017).

A partir desse diálogo, outras atividades foram propostas, explorando as demandas e as potencialidades do lugar e de seus moradores. Assim, quase toda semana a Vila tinha uma programação que movimentava e estreitava laços entre as pessoas. Com isso, observou-se que, como destacam Gondim e Rocha (2019), as atividades da Resistência Vila Vicentina têm sido exitosas, tanto no alcance de mecanismos legais de defesa do direito à cidade como na participação em outros movimentos sociais que lutam pela permanência na cidade e o acesso à bens e serviços básicos de urbanização.

### 3.3 Visibilidade

A cidade é um lugar de encontro, caracterizado por diferenças e interações criativas (HARVEY, 2013). O autor compreende a cidade a partir de ordens e desordens advindas de visões, culturas e desejos individuais que conflituam, podendo essa diferença também "[...] resultar em intolerância e segregações, marginalidade e exclusão, quando não em fervorosos confrontos" (HARVEY, 2013, p. 30).

O assédio sofrido pelos moradores para negociar as casas, sob a ameaça de serem expulsos de suas moradias, começou a ganhar visibilidade por meio de alguns

membros da sociedade civil que demonstraram indignação perante o acontecimento, principalmente em redes sociais. Neste sentido, os moradores se preocupavam em organizar as atividades para não deixar a causa esquecida. Assim, uma página do *Facebook*, Resistencia Vila Vicentina, e um perfil no *Instagram*, Viva Vila Vicentina, foram criados com o intuito de divulgar os acontecimentos e as atividades. Com o suporte dos apoiadores e o alcance dos movimentos da internet, os moradores têm conseguido resistir, reivindicar e ganhar ânimo para continuar a luta por permanência (ROCHA, 2017).

A localização da Vila ajudou a manter essa agenda cheia de atividades. Por se situar em um bairro central e de fácil acesso para ônibus, bicicletas e carros, tornou-se relativamente fácil participar das atividades. O papel dessas atividades mostrava que a Resistência não estava sozinha e que se os atores que ameaçavam a Resistência tentassem algo irregular, como no primeiro momento de demolição, eles teriam uma má repercussão. A cobertura da mídia local no dia da demolição foi um fator importante para que a Vila fosse vista pelos cidadãos, e a localização privilegiada contribuiu bastante para que o conflito fosse considerado relevante, visto que, infelizmente, há uma repercussão menor desses conflitos quando ocorrem na periferia.

Logo, a Vila passou a ser noticiada em diversos meios de informação, tais como jornais impressos e online, páginas no *Facebook*, rádio, etc. Os moradores da Vila também passaram a participar de outros movimentos de defesa à moradia e de direito à cidade, fazendo fortes alianças com outras comunidades que também sofrem ameaças de despejo e/ou enfrentam outras problemáticas relacionadas à infraestrutura e saneamento básico. Destaca-se que, em decorrência da grande visibilidade das atividades desenvolvidas na Vila, esta recebeu da Defensoria Pública do Estado do Ceará um prêmio pelas práticas exitosas de resistência na II Semana Nacional do Direito Social à Moradia Adequada. Tal prêmio denota a união dos moradores e a força da luta popular.

### 3.4 Formação teórica, prática e ética

A práxis universitária pode ser compreendida a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão. Essa última, principalmente, faz a ponte entre a instituição e a sociedade, fazendo valer o investimento público em recursos para a Universidade. Nessa cooperação, os dois se beneficiam: a sociedade por ter acesso aos conhecimentos produzidos e a universidade por possibilitar a formação dos estudantes a partir de casos reais da sociedade, fazendo com que as discussões amadureçam e ganhem maior veracidade e relevância social.

A partir da experiência na Vila, os autores compreendem que esse processo possibilitou uma iniciação a métodos pedagógicos de inserção, facilitação e desenvolvimento de atividades voltadas para a comunidade. A exemplo, cita-se as metodologias dialógicas de Paulo Freire, como os Ciclos de Cultura. Com base nessa metodologia, observou-se que os moradores e apoiadores começaram a aprender juntos a ler e a escrever a história da realidade social na qual estavam inseridos. Nas atividades, em sua maior parte eram lúdicas (costura, jardinagem, jogos de bila e carimba), além da diversão, havia o caráter de compromisso com as questões sociais em torno da Vila, e as discussões evidenciaram o processo contínuo de conscientização e mobilização (FREIRE, 1983).

Em relação à formação acadêmica, além dos conteúdos que são ensinados nas salas de aula, os autores fizeram formações internas sobre instrumentos, como o Plano Diretor, confecção de Zine, facilitação de grupos, etc., - atividades úteis tanto para a atuação da Vila quanto para a formação profissional dos estudantes. Na Fotografia 03, vemos um dos momentos em que os membros do LOCUS, CANTO e CAJU estão reunidos para uma formação interna:

**Fotografia 3** - Reunião de formação e planejamento dos extensionistas

Fonte: fotografia tirada pelos autores (2016).

Destarte, compreendeu-se que qualquer teoria utilizada para solucionar problemas em demandas reais, deve promover o amadurecimento crítico dos alunos, bem como o questionamento da própria teoria utilizada (MARTÍN-BARÓ, 2011). Deve-se pensar essa teoria voltada para as demandas sociais, principalmente para atender às necessidades daqueles que mais precisam de apoio e suporte - em nossa experiência, vítimas da segregação socioespacial.

Nesta perspectiva, concorda-se com Freire (1983), ao considerar que a ação de extensão que se dá diretamente sobre o desafio ou fenômeno, sem considerar a presença humana, não tem sentido. A extensão deve se dar, portanto, como uma ação educativa de caráter libertador e emancipador. Desse modo, pautados em Freire (1983), compreende-se a extensão não como uma invasão cultural de caráter manipulador e de domesticação das pessoas, mas como uma possibilidade de construir uma ação de libertação e transformação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como David Harvey, cremos que enquanto o exercício do direito à cidade for negado às maiorias sociais, resultando em uma ordem urbana injusta e desigual, as cidades continuarão sendo moldadas pelos interesses e desejos de uma parcela restrita da população que detém o poder econômico. Destarte, há sempre a necessidade de tecer questionamentos à construção a cidade, de modo a compreender, a atuar e viver nela de modo ético e político.

A partir dessa experiência interdisciplinar de extensão, aponta-se que a formação dos autores adquiriu uma perspectiva de que o conhecimento deve ser construído com base nos problemas sociais emergentes de nossos entornos. Deve-se atentar, ainda, para a compreensão de fatores históricos, sociais, econômicos, psicológicos, etc. que permeiam o fenômeno estudado, para que a atuação não seja descontextualizada e contribuinte em processos de alienação.

Em relação à Vila Vicentina, o processo mostrou que uma ação interdisciplinar oferece um apoio mais completo em situações onde ocorrem disputas fundiárias. Além disso, compreendeu-se que, muitas vezes, atividades aparentemente comuns podem ter grande impacto na inserção, mobilização, visibilidade e fortalecimento de resistências. A luta segue!

#### REFERÊNCIAS

DUARTE, Romeu *et al.* **Contribuição técnica ao tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE.** Fortaleza, 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GÓIS, César Wagner de Lima. **Psicologia comunitária: atividade e consciência.** Fortaleza, CE: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GONDIM, Linda; ROCHA, Aline. Repertórios de confronto em movimentos sociais urbanos: os casos da Resistência Vila Vicentina e do Quem Dera Ser um Peixe, em Fortaleza-CE, **Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 1, p. 365-407, mar./jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/31154>. Acesso em: 18 jun. 2021.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. *In*: MARICATO, E.; *et al.* **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

IPLANFOR. **Diagnóstico socioeconômico, histórico-cultural, arquitetônico e fundiário**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2020.

JACQUES, Paola Barentein. Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. *Arquitexto*, v. 7, p. 16-25, 2005.

LEHAB. **Mais de 1.440 famílias removidas em Fortaleza só este ano**. 8 dez. 2017. Disponível em: <http://www.lehab.ufc.br/wordpress/?p=646>. Acesso em: 18 maio 2018.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 32-46.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana. *In*: GUZZO, Raquel; LACERDA JUNIOR, Fernando. **Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas, SP: Alínea, 2011.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

PACHECO, Fábio Pinheiro. **Afetividade e implicações psicossociais vividas por moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação**. 2018. 231 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza - CE, 2018.

ROCHA, Aline. Direito à cidade, patrimônio e redes de mobilização: o caso do movimento Resistência Vila Vicentina, em Fortaleza-CE. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 15, 2017, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, 2017.

Trabalho submetido em: 23 set. 2020.

Aceito em: 8 abr. 2021.

**UFCA** UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI  
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

Av. Tenente Raimundo Rocha nº 1639  
Bairro Cidade Universitária - Juazeiro do  
Norte - Ceará - CEP 63048-080

ufca.edu.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

**entrecões**  
diálogos em extensão

proex.ufca.edu.br  
periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entrecoes  
+55 (88) 3221-9286

e-ISSN 2675-5335